

Art. 5º - O Plano de Metas e Indicadores previsto no Anexo I terá vigência a partir de 1º de janeiro de 2019, mês de referência para o início do pagamento da ajuda de custo.

§ 1º - Nas folhas de pagamento dos meses de janeiro e fevereiro de 2019 serão lançados 70% (setenta por cento) do valor previsto no artigo 4º desta Resolução, ficando estabelecido que até o 12º dia do mês de março/2019 será realizada a primeira avaliação da execução do Plano de Metas e Indicadores estabelecido no Anexo I.

§ 2º - Nas folhas de pagamento dos meses de março e abril de 2019, além do pagamento mensal de 70% (setenta por cento) do valor previsto no artigo 4º desta Resolução, relativo a este período, serão pagos mensalmente os valores remanescentes do primeiro bimestre, conforme apurado na primeira avaliação da execução do Plano de Metas e Indicadores estabelecido no Anexo I, na proporção de um mês para cada mês avaliado.

§ 3º - Nas folhas de pagamento dos meses de maio e junho de 2019, além do pagamento mensal de 70% (setenta por cento) do valor previsto no artigo 4º desta Resolução, relativo a este período, serão pagos mensalmente os valores remanescentes do segundo bimestre, conforme apurado na segunda avaliação da execução do Plano de Metas e Indicadores estabelecido no Anexo I, na proporção de um mês para cada mês avaliado.

§ 4º - Nas folhas de pagamento dos meses de julho e agosto de 2019, além do pagamento mensal de 70% (setenta por cento) do valor previsto no artigo 4º desta Resolução, relativa a este período, serão pagos mensalmente os valores remanescentes do terceiro bimestre, conforme apurado na terceira avaliação da execução do Plano de Metas e Indicadores estabelecido no Anexo I, na proporção de um mês para cada mês avaliado.

§ 5º - Nas folhas de pagamento dos meses de setembro e outubro de 2019, além do pagamento mensal de 70% (setenta por cento) do valor previsto no artigo 4º desta Resolução, relativa a este período, serão pagos mensalmente os valores remanescentes do quarto bimestre, conforme apurado na quarta avaliação da execução do Plano de Metas e Indicadores estabelecido no Anexo I, na proporção de um mês para cada mês avaliado.

§ 6º - Nas folhas de pagamento dos meses de novembro e dezembro de 2019, além do pagamento mensal de 70% (setenta por cento) do valor previsto no artigo 4º desta Resolução, relativa a este período, serão pagos mensalmente os valores remanescentes do quinto bimestre, conforme apurado na quinta avaliação da execução do Plano de Metas e Indicadores estabelecido no Anexo I, na proporção de um mês para cada mês avaliado.

§ 7º - Os valores remanescentes do sexto bimestre, conforme apurado na avaliação da execução do Plano de Metas e Indicadores dos meses de novembro e dezembro de 2019, na forma do Anexo I, serão integralmente lançados na folha de pagamento do mês de janeiro de 2020.

§ 8º - Fica estabelecido que será realizada a avaliação da execução do Plano de Metas e Indicadores estabelecido no Anexo I até o 12º dia do mês subsequente a cada período avaliatório.

Art. 6º - A ajuda de custo não poderá ser percebida cumulativamente com outras vantagens ou benefícios destinados ao custeio de alimentação ou refeição.

Art. 7º - Para efeito do cálculo do valor a ser pago, as escalas deverão estar devidamente lançadas no Sistema de Apuração de Ponto da ESP no final de cada mês.

Art. 8º - Nos casos de acumulação de cargos na ESP ou qualquer órgão do Poder Executivo Estadual à disposição da ESP, cuja soma de carga horária seja superior a trinta horas semanais, o servidor fará jus a um valor de ajuda de custo por dia efetivamente trabalhado.

Art. 9º - É facultado ao servidor optar pelo auxílio de que tratam os arts. 47 e 48 da Lei nº 10.745, de 25 de maio de 1992, e o § 4º do art. 1º do Decreto nº 47.326, de 28 de dezembro de 2017, em substituição à ajuda de custo de que trata o artigo 4º desta Resolução.

§ 1º - O servidor protocolizará, a qualquer tempo, requerimento dirigido à área de Recursos Humanos da ESP declarando sua opção nos termos referidos no caput.

§ 2º - A opção de que trata este artigo prevalecerá, desde o mês em que foi protocolada a opção, até que o servidor solicite a sua revogação.

§ 3º - O servidor poderá, a qualquer tempo, solicitar a revogação da opção de que trata este artigo, hipótese em que fará jus à percepção da ajuda de custo de que trata o artigo 4º a partir do dia 1º do mês em que foi solicitada a revogação.

Art. 10 - Na percepção de diárias de viagem será facultada a opção pelo recebimento da ajuda de custo de que trata o artigo 4º desta Resolução, observados os seguintes critérios:

I - Cumulado com o equivalente a sessenta e cinco por cento dos valores constantes dos Anexos I e II do Decreto nº 47.045, de 14 de setembro de 2016, conforme o caso, em substituição ao montante previsto no artigo 22 do referido Decreto, quando se tratar de percepção de diárias integrais;

II - Em substituição ao montante previsto no artigo 24 do Decreto nº 47.045, de 2016, quando se tratar de percepção de diárias parciais.

Art. 11 – Caberá à Subsecretaria de Gestão e Apoio às Políticas Estratégicas - SGAPE o detalhamento e o acompanhamento periódico das metas constantes no anexo I desta Resolução, bem como o fornecimento das informações relativas à situação de execução das mesmas.

§ 1º - As áreas da ESP realizarão junto à SGAPE/SEPLAG, em 30 (trinta) dias contados a partir da publicação desta Resolução, planejamento detalhado das metas e indicadores a que se referem o Anexo I.

§ 2º - As áreas da ESP realizarão junto à SGAPE/SEPLAG, até o 8º dia posterior a cada período avaliatório, o repasse das informações de execução das metas e indicadores constantes do Anexo I.

Art. 12 – As metas que tenham sido afetadas por razões extraordinárias, contingenciamento de recursos, modificação na orientação da execução das políticas públicas ou mudança na legislação, serão avaliadas pela comissão de avaliação de que trata o § 2º do art. 4º do Decreto nº 47.326, de 28 de dezembro de 2017, que deliberará sobre o acatamento da justificativa para o resultado alcançado.

Art. 13 – Ficam aprovadas as Metas e Indicadores, constantes nos Anexos I desta Resolução.

Art. 14 – Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos financeiros a partir da folha de pagamento de janeiro de 2019.

Belo Horizonte, 21 de dezembro de 2018.

HELVÉCIO MIRANDA MAGALHÃES JÚNIOR
Secretário de Estado de Planejamento e Gestão
Presidente da Câmara de Orçamento e Finanças
LENIRA DE ARAÚJO MAIA
Diretor-Geral da Escola de Saúde Pública do Estado de Minas Gerais

ANEXO I
Plano de metas da ESP-MG

(cod.)	Metas e Indicadores (nome)	Metas por período avaliatório					
		Jan - Fev 2019	Mar -Abr 2019	Mai – Jun 2019	Jul – Ago 2019	Set – Out 2019	Nov – Dez 2019
1	Turmas em andamento de ações educacionais na área da Saúde	4	4	25	32	20	15
2	Produções Técnico-Científicas	1	3	3	3	3	3
3	Índice de Satisfação dos Alunos	100	100	100	100	100	100

21 118751 - I

RESOLUÇÃO CONJUNTA COF/IPSEMG Nº 001 DE 21 DE DEZEMBRO DE 2018

Define os parâmetros e limites para determinação do valor da ajuda de custo específica com valores diferenciados de que tratam o art. 189 da Lei nº 22.257, de 27 de julho de 2016, e o Decreto nº 47.326, de 28 de dezembro de 2017, e dispõe sobre as condições para o seu pagamento, no âmbito das carreiras do Instituto de Previdência dos Servidores do Estado de Minas Gerais, instituídas pela Lei nº 15.465 de 13 de janeiro de 2005.

A CÂMARA DE ORÇAMENTO E FINANÇAS – COF E O PRESIDENTE DO INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES DO ESTADO DE MINAS GERAIS - IPSEMG, no uso da competência que lhes confere o art. 93, § 1º, inciso III da Constituição do Estado, e de acordo com o disposto no artigo 189 da Lei nº 22.257, de 27 de julho de 2016, e §5º do Artigo 1º do Decreto 47.326 de 28 de dezembro de 2017, resolvem:

Art. 1º - Definir os parâmetros e limites para determinação do valor da ajuda de custo específica com valores diferenciados de que trata o §5º do art. 1º do Decreto 47.326 de 28 de dezembro de 2017 e dispor sobre as condições para seu pagamento a todo servidor público ocupante de cargo de provimento efetivo ou cargo de provimento em comissão, bem como ao detentor de função pública e ao contratado nos termos da Lei nº 18.185, de 04 de junho de 2009, em exercício no âmbito do Instituto de Previdência dos Servidores do Estado de Minas Gerais – IPSEMG.

Art. 2º - Para efeito de pagamento da ajuda de custo específica com valores diferenciados, o IPSEMG deverá cumprir as metas previstas no Plano de Metas e Indicadores 2019, constante no Anexo I desta Resolução.

§1º - A ajuda de custo específica com valores diferenciados, considerando que o IPSEMG possui funcionamento em caráter especial, será paga proporcionalmente à jornada de trabalho igual ou superior a 06 (seis) horas a todo servidor público ocupante de cargo de provimento efetivo ou cargo de provimento em comissão, bem como ao detentor de função pública e ao contratado nos termos da Lei nº 18.185, de 04 de junho de 2009, em exercício no IPSEMG, nos termos do Artigo 4º, incisos I a III desta Resolução.

§2º - Para fins de percepção da ajuda de custo, não descaracterizam o cumprimento da jornada de trabalho:

I – o cumprimento da jornada de trabalho em períodos diurnos e noturnos, desde que a jornada ininterrupta de trabalho do servidor seja de, no mínimo, 6 (seis) horas;

II - os atrasos e as saídas previstos no art. 17 da Resolução SEPLAG nº 10, de 1º de março de 2004, da Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão, desde que compensados nos termos do art. 19 da referida Resolução;

III – as ausências motivadas pelas situações previstas nos incisos II, III, VI e VII do art. 31 da Resolução SEPLAG nº 10, de 2004, observados os incisos I a VI do §3º do artigo 2º desta Resolução.

§3º- Não farão jus a ajuda de custo:

I – o servidor cedido para outro órgão ou entidade, pertencente ou não à administração direta, autárquica e fundacional do Poder Executivo estadual, ainda que com ônus para o IPSEMG;

II – o servidor em exercício em órgão dos Poderes Judiciário e Legislativo em virtude de requisição deste;

III – o servidor em afastamento para aposentadoria;

IV – o servidor liberado para mandato eletivo em diretoria de sindicato ou de entidade representativa de categoria de servidor público estadual, nos termos do artigo 34 da Constituição Estadual, considerando não se tratar de vantagem ou direito decorrente do cargo;

V – o servidor designado para o exercício de funções ou para o desempenho de missões de interesse público, ainda que prévia e expressamente autorizada pelo Governador do Estado;

VI – o servidor em exercício de mandato eletivo, com afastamento obrigatório do cargo;

§ 4º - A ajuda de custo específica com valores diferenciados será paga mensalmente em pecúnia, tendo como base os dias efetivamente trabalhados, com a aferição das metas bimestralmente, levando-se em consideração para efeito de desconto, todas as faltas injustificadas, conforme o registro de frequência do servidor.

Art. 3º - A ajuda de custo que trata o artigo 1º desta Resolução:

I - possui caráter indenizatório;

II – não se incorpora à remuneração nem aos proventos de aposentadoria;

III – não constitui base de cálculo de nenhuma outra vantagem.

Art. 4º – A ajuda de custo de que trata o art. 2º será paga alternativamente ao auxílio de que trata a Deliberação COF nº 01, de 6 de fevereiro de 2017, expedida pelo Colegiado de Planejamento e Gestão Estratégica, a qual é paga para o IPSEMG e terá os seguintes valores por dia efetivamente trabalhado no mês, independente de cargo ou função:

I – Jornada diária de 06(seis) horas a 08(oito) horas: RS 53,00;

II – Plantão de 12 horas: RS 116,00;

III- Plantão de 24 horas: RS 232,00.

§ 1º - A ajuda de custo não será paga quando o IPSEMG não atingir o patamar de 70% das metas previstas no Plano de Metas e Indicadores constante no Anexo I, observados os valores das metas referentes ao período avaliatório e os estabelecidos nas alíneas “a” a “d” do § 2º deste artigo, hipótese em que os servidores mencionados no § 1º do artigo 2º farão jus ao auxílio de que tratam os arts. 47 e 48 da Lei nº 10.745, de 25 de maio de 1992, e o § 4º do art. 1º do Decreto nº 47.326, de 28 de dezembro de 2017.

§ 2º – Na apuração dos resultados, serão observadas, para efeito de pagamento, as faixas de desempenho global do IPSEMG, previstas nas alíneas “a” a “d”:

- a) Resultado alcançado inferior a 70% da meta: Zero;
- b) Resultado alcançado de 70% a 80% da meta: 80% do valor previsto no artigo 4º desta Resolução;
- c) Resultado alcançado de 80,01% a 90% da meta: 90% do valor previsto no artigo 4º desta Resolução;
- d) Resultado alcançado de 90,01% a 100% da meta: 100% do valor previsto no artigo 4º desta Resolução.

§ 3º - Caso a meta estabelecida para o período avaliatório não seja atingida, o pagamento da ajuda de custo a ela atrelado, feito antecipadamente, será descontado nos meses subsequentes, em quantidade de parcelas correspondentes ao número de meses em que se deu referido pagamento.

Art. 5º - O Plano de Metas terá vigência a partir de 1º de janeiro de 2019, mês de referência para início de pagamento de ajuda de custo.

§ 1º - Nas folhas de pagamento dos meses de janeiro e fevereiro de 2019 serão lançados 70% (setenta por cento) do valor previsto no artigo 4º desta Resolução, ficando estabelecido que até o 10º dia do mês de março/2019 será realizada a primeira avaliação da execução do Plano de Metas e Indicadores estabelecido no Anexo I.

§ 2º - Nas folhas de pagamento dos meses de março e abril de 2019, além do pagamento mensal de 70% (setenta por cento) do valor previsto no artigo 4º desta Resolução, relativo a este período, serão pagos mensalmente os valores remanescentes do primeiro bimestre, conforme apurado na primeira avaliação da execução do Plano de Metas e Indicadores estabelecido no Anexo I, na proporção de um mês para cada mês avaliado.

§ 3º - Nas folhas de pagamento dos meses de maio e junho de 2019, além do pagamento mensal de 70% (setenta por cento) do valor previsto no artigo 4º desta Resolução, relativo a este período, serão pagos mensalmente os valores remanescentes do segundo bimestre, conforme apurado na segunda avaliação da execução do Plano de Metas e Indicadores estabelecido no Anexo I, na proporção de um mês para cada mês avaliado.

§ 4º - Nas folhas de pagamento dos meses de julho e agosto de 2019, além do pagamento mensal de 70% (setenta por cento) do valor previsto no artigo 4º desta Resolução, relativa a este período, serão pagos mensalmente os valores remanescentes do terceiro bimestre, conforme apurado na terceira avaliação da execução do Plano de Metas e Indicadores estabelecido no Anexo I, na proporção de um mês para cada mês avaliado.

§ 5º - Nas folhas de pagamento dos meses de setembro e outubro de 2019, além do pagamento mensal de 70% (setenta por cento) do valor previsto no artigo 4º desta Resolução, relativa a este período, serão pagos mensalmente os valores remanescentes do quarto bimestre, conforme apurado na quarta avaliação da execução do Plano de Metas e Indicadores estabelecido no Anexo I, na proporção de um mês para cada mês avaliado.

§ 6º - Nas folhas de pagamento dos meses de novembro e dezembro de 2019, além do pagamento mensal de 70% (setenta por cento) do valor previsto no artigo 4º desta Resolução, relativa a este período, serão pagos mensalmente os valores remanescentes do quinto bimestre, conforme apurado na quinta avaliação da execução do Plano de Metas e Indicadores estabelecido no Anexo I, na proporção de um mês para cada mês avaliado.

§ 7º - Os valores remanescentes do sexto bimestre, conforme apurado na avaliação da execução do Plano de Metas e Indicadores dos meses de novembro e dezembro de 2019, na forma do Anexo I, serão integralmente lançados na folha de pagamento do mês de janeiro de 2020.

§ 8º - Fica estabelecido que será realizada a avaliação da execução do Plano de Metas e Indicadores estabelecido no Anexo I até o 12º dia do mês subsequente a cada período avaliatório.

Art. 6º - A ajuda de custo não poderá ser percebida cumulativamente com outras vantagens ou benefícios destinados ao custeio de alimentação ou refeição.

Art. 7º - Para efeito do cálculo do valor a ser pago, as escalas deverão estar devidamente lançadas no Sistema de Apuração de Ponto da IPSEMG no final de cada mês.

Art. 8º - Os valores mensais percebidos pelos servidores plantonistas terão o teto máximo de R\$1.166,00 (hum mil, cento e sessenta e seis reais).

Art. 9º - Nos casos de acumulação de cargos no IPSEMG ou qualquer órgão do Poder Executivo Estadual à disposição do IPSEMG, cuja soma decarga horária seja superior a trinta horas semanais, o servidor fará jus a um valor de ajuda de custo por dia efetivamente trabalhado.

Art.10 - Para efeito de pagamento de ajuda de custo, as jornadas que estiverem contidas entre os intervalos previstos nos incisos I a III do Artigo 4º desta Resolução terão como referência os intervalos anteriores.

Art. 11 - Não será paga ajuda de custo para jornada de trabalho realizada a título de jornada complementar de trabalho (JCT).

Art. 12º - É facultado ao servidor optar pelo auxílio de que tratam os arts. 47 e 48 da Lei nº 10.745, de 25 de maio de 1992, e o § 4º do art. 1º do Decreto nº 47.326, de 28 de dezembro de 2017, em substituição à ajuda de custo de que trata o artigo 4º desta Resolução.

§ 1º - O servidor protocolizará, a qualquer tempo, requerimento dirigido à área de Recursos Humanos do IPSEMG declarando sua opção nos termos referidos no caput.

§ 2º - A opção de que trata este artigo prevalecerá desde o mês em que foi protocolada a opção, até que o servidor solicite a sua revogação.

§ 3º - O servidor poderá, a qualquer tempo, solicitar a revogação da opção de que trata este artigo, hipótese em que fará jus à percepção da ajuda de custo de que trata o artigo 4º a partir do dia 1º mês em que foi solicitada a revogação.

Art. 13 - Na percepção de diárias de viagem será facultada a opção pelo recebimento da ajuda de custo de que trata o artigo 4º desta Resolução, observados os seguintes critérios:

I - Cumulado com o equivalente a sessenta e cinco por cento dos valores constantes dos Anexos I e II do Decreto nº 47.045, de 14 de setembro de 2016, conforme o caso, em substituição ao montante previsto no artigo 22 do referido Decreto, quando se tratar de percepção de diárias integrais;

II - Em substituição ao montante previsto no artigo 24 do Decreto nº 47.045, de 2016, quando se tratar de percepção de diárias parciais.

Art. 14 – Caberá à Subsecretaria de Gestão e Apoio às Políticas Estratégicas - SGAPE o detalhamento e o acompanhamento periódico das metas constantes no anexo I desta Resolução, bem como o fornecimento das informações relativas à situação de execução das mesmas.

§ 1º - As áreas do IPSEMG realizarão junto à SGAPE/SEPLAG, em 30 (trinta) dias contados a partir da publicação desta Resolução, planejamento detalhado das metas e indicadores a que se referem o Anexo I.

§ 2º - As áreas do IPSEMG realizarão junto à SGAPE/SEPLAG, até o 8º dia posterior a cada período avaliatório, o repasse das informações de execução das metas e indicadores constantes do Anexo I.

Art. 15 – As metas que tenham sido afetadas por razões extraordinárias, contingenciamento de recursos, modificação na orientação da execução das políticas públicas ou mudança na legislação, serão avaliadas pela comissão de avaliação de que trata o § 2º do art. 4º do Decreto nº 47.326, de 28 de dezembro de 2017, que deliberará sobre o acatamento da justificativa para o resultado alcançado.

Art. 16 – Ficam aprovadas as Metas e Indicadores, constantes nos Anexos I desta Resolução.

Art. 17 – Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos financeiros a partir da folha de pagamento de janeiro de 2019.

HELVÉCIO MIRANDA MAGALHÃES JÚNIOR
Secretário de Estado de Planejamento e Gestão
Presidente da Câmara de Orçamento e Finanças

HUGO VOCRURCA TEIXEIRA
Presidente do Instituto de Previdência dos Servidores do Estado de Minas Gerais

ANEXO I (a que se refere o art. 2º)

(cod.)	Metas e Indicadores (nome)	Metas por período avaliatório					
		Jan-Fev 2019	Mar-Abr 2019	Mai-Jun 2019	Jul-Ago 2019	Set-Out 2019	Nov-Dez 2019
1	Tempo médio de permanência hospitalar - HGIP	7,3 dias	7,3 dias	7,2 dias	7,2dias	7,1 dias	7,1 dias
2	Taxa de reinternação - HGIP	4,80%	4,80%	4,70%	4,70%	4,60%	4,50%
3	Taxa de mortalidade - HGIP	4,00%	4,00%	4,00%	4,00%	3,50%	3,50%
	Taxa de ocupação hospitalar - HGIP	80,00%	80,00%	80,00%	80,00%	80,00%	80,00%
	Média mensal de cirurgias realizadas - HGIP	700	710	720	730	740	750
	Índice de reaproveitamento de Consultas - CEM	48%	49%	50%	51%	53%	55%
	Tempo médio de atendimento do beneficiário na clínica de pronto-atendimento (dor) - GEODONT	60 min	60 min	60 min	60 min	60 min	60 min
	Número de beneficiários cobertos pela APS	43.215	55.215	75.215	87.215	95.215	100.000
	Percentual de pensões concedidas no prazo	95% concedidos em até 3 dias úteis	95% concedidos em até 3 dias úteis	95% concedidos em até 3 dias úteis	95% concedidos em até 3 dias úteis	95% concedidos em até 3 dias úteis	95% concedidos em até 3 dias úteis

21 118758 - I

A Diretora da Diretora da Central de Operação da Política de Carreiras, concluiu o processo administrativo de nº 009/2018, publicado no MG de 21/12/2018, referente à servidora L. A. S., Masp 0.752.835-9, considerando o reconhecimento do débito, através da assinatura de termo de anuência.

Diretora Central de Operação da Política de Carreiras.

21 1187324 - 1

RESOLUÇÃO CONJUNTA COF/LEMG Nº 001 DE 21 DE DEZEMBRO DE 2018

Estabelece metas e indicadores a serem cumpridos pela Loteria do Estado de Minas Gerais - LEMG e define os parâmetros e valores para o pagamento da ajuda de custoespecífica com valores diferenciados a que se refere o Decreto nº 47.236, de 28 de dezembro de 2017, que regulamento o art. 189 da Lei nº22.257, de 27 de julho de 2016.

A CÂMARA DE ORÇAMENTO E FINANÇAS – COF E O DIRETOR-GERAL DA LOTERIA DO ESTADO DE MINAS GERAIS - LEMG, no uso da competência que lhes confere o art. 93, § 1º, inciso III da Constituição do Estado, e de acordo com o disposto no artigo 189 da Lei nº 22.257, de 27 de julho de 2016, e §5º do artigo 1º do Decreto 47.326 de 28 de dezembro de 2017.

RESOLVEM:

Art. 1º - Definir os parâmetros e limites para determinação do valor daajuda de custo específica com valores diferenciados de que trata o §5º do art. 1º do Decreto 47.326 de 28 de dezembro de 2017 e dispor sobrees condições para seu pagamento a todo servidor público ocupante de cargo de provimento efetivo ou cargo de provimento em comissão, bemcomo ao detentor de função pública e ao contratado nos termos da Lei nº 18.185, de 04 de junho de 2009, em exercício no âmbito da Loteria do Estado de Minas Gerais - LEMG.

Art. 2º - Para efeito de pagamento da ajuda de custo, a LEMG deverá cumprir as metas previstas no Plano de Metas e Indicadores 2019, constante no Anexo I desta Resolução.

§1º - A ajuda de custo específica com valores diferenciados será paga a todo servidor público, cuja jornada de trabalho seja de no mínimo 6 (seis) horas, ocupante de cargo de provimento efetivo ou cargo de provimento em comissão, bem como ao detentor de função pública e ao contratado nos termos da Lei nº 18.185, de 04 de junho de 2009, em exercício no LEMG, nos termos do Artigo 4º desta resolução.

§2º - Para fins de percepção da ajuda de custo, não descaracterizam o cumprimento da jornada de trabalho:

I – o cumprimento da jornada de trabalho em períodos diurnos e/ou noturnos, desde que a jornada de trabalho do servidor seja de, no mínimo, 6 (seis) horas;

II - os atrasos e as saídas previstas no art. 17 da resolução SEPLAG nº 10, de 1º de março de 2004, da Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão, desde que compensados nos termos do art. 19 da referida resolução;

III – as ausências motivadas pelas situações previstas nos incisos II, III, VI e VIII do art. 31 da resolução SEPLAG nº 10, de 2004, observados os incisos I a VI do §3º do artigo 2º desta resolução.

§3º - Não farão jus a ajuda de custo:

I – o servidor cedido para outro órgão ou entidade, pertencente ou não à administração direta, autárquica e fundacional do Poder Executivo Estadual, ainda que com ônus para a LEMG;

II – o servidor em exercício em órgão dos Poderes Judiciário e Legislativo em virtude de requisição deste;

III – o servidor em afastamento para aposentadoria;

IV – o servidor liberado para mandato eletivo em diretoria de sindicato ou de entidade representativa de categoria de servidor público estadual, nos termos do artigo 34 da Constituição Estadual, considerando não se tratar de vantagem ou direito decorrente do cargo;

V – o servidor designado para o exercício de funções ou para o desempenho de missões de interesse público, ainda que prévia e expressamente autorizada pelo Governador do Estado;

VI – o servidor em exercício de mandato eletivo, com afastamento obrigatório do cargo.

§ 4º - A ajuda de custo específica com valores diferenciados será paga mensalmente em pecúnia, tendo como base os dias efetivamente trabalhados, com a aferição das metas mensalmente, de forma cumulativa, levando-se em consideração para efeito de desconto, todas as faltas injustificadas, conforme o registro de frequência do servidor.

Art. 3º - A ajuda de custo que trata o artigo 1º desta Resolução:

I - possui caráter indenizatório;

II – não se incorpora à remuneração nem aos proventos deaposentadoria;

III – não constitui base de cálculo de nenhuma outra vantagem